

TÁXI

:: REVISTA DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO TÁXI - FPT ::
:: FPT - MEMBRO DA CONFEDERAÇÃO EUROPEIA DO TÁXI ::

53

O DIREITO À INTERVENÇÃO

TRANSPORTE NÃO URGENTE DE DOENTES
ACESSO À PROFISSÃO E CERTIFICAÇÃO
DE FORMADORES

DEFESA DO SECTOR TÁXI

REVISTA TÁXI OUVI GRUPOS PARLAMENTARES



SISTEMA MULTIFROTA

A Cooptáxis dispõe de um centro de operações com tecnologia de última geração.



A Cooptáxis conta com uma sólida infraestrutura informática do sistema de gestão da prestigiada empresa, líder mundial - A Taxitronic.

A Cooptáxis está preparada para gerir frotas em qualquer lugar do território nacional com

cobertura GPS e GPRS. O GPS, sistema que funciona via satélite proporciona a localização dos veículos e o GPRS permite a transmissão dos dados.

O conhecimento adquirido pela Cooptáxis em gestão de centrais, permite oferecer as soluções que o empresário procura e de que necessita; por isso, coloca no mercado programas de gestão, totalmente modulares, criados e pensados, para fornecer a centrais ou a agrupamentos de empresários de táxis, um sistema de gestão de frotas e despacho de serviços, com soluções concretas, adequadas ao seu concelho e sem perda da sua identidade, fazendo com que num curto espaço de tempo o investimento efetuado se torne rentável.



Carlos Ramos

O DIREITO À INTERVENÇÃO

Perto de cumprir o seu 18º aniversário, no dia 3 de Dezembro próximo, a Federação Portuguesa do Táxi está atenta e interveniente, em prol da defesa dos direitos e interesses dos profissionais e industriais do sector do táxi.

Durante o último trimestre foi aprovada e suspensa a legislação que regula o transporte não urgente de doentes, constatadas as imperfeições e pontos fracos de que enfermavam os diplomas que tinham entrado em vigor, gerando mais injustiça em relação a uma actividade como a do táxi, sempre tão penalizada. A suspensão é prudente e poderá ser clarificadora, assim as partes estejam de acordo até Junho de 2015.

Sem marchas lentas, encostadas a sucessos fáceis, já previstos e sem consequências benéficas para o sector, a Federação Portuguesa do Táxi aposta na auscultação dos seus delegados e associados para ganhar a força necessária para reivindicar, junto das entidades oficiais, o que há muito urge e falta fazer pelo táxi e pelas pessoas que transporta todos os dias.

A Federação levou as preocupações dos associados e do próprio sector ao secretário de Estado da Saúde, Manuel Teixeira, em audiência concedida no final de Agosto. O governante mostrou abertura para as pretensões do sector e da FPT.

O equilíbrio nesta matéria só surgirá se forem eliminadas as arbitrariedades de algumas entidades regionais de saúde e derrubados os obstáculos burocráticos que travam a prestação de um serviço que o táxi também assume, como transporte de qualidade, confortável, seguro e mais barato para o Estado.

Enquanto decorre o processo de revisão da legislação suspensa, com o trabalho do grupo constituído para o efeito, a Federação já afirmou a sua vontade de fazer parte deste processo, solicitando ao ministro da Saúde e ao secretário de Estado da Saúde a integração naquele grupo, para que se dê voz a todas as vertentes do que está a ser clarificado. Não pode haver revisão justa e equilibrada sem a participação de TODAS as partes nesta matéria. O serviço de transporte não urgente de doentes não é exclusivo dos bombeiros e a Federação conta com a palavra do secretário de Estado Manuel Teixeira para fazer valer o direito à participação dos industriais do sector do táxi, através da FPT, na revisão da legislação que regula parte da sua actividade.

ÍNDICE

- 04** ACTUALIDADE
- 12** PAÍS REAL
- 14** NOTÍCIAS
- 19** TÁXIS AO CENTRO
- 21** INTERNACIONAL
- 23** FORMAÇÃO
- 24** AGENDA

FICHA TÉCNICA

DIRECTOR Carlos Ramos **PROPRIEDADE** Federação Portuguesa do Táxi - FPT **NIF** 503404730 **REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO** Estrada de Paço do Lumiar, Lt, R-2, Loja A 1600-543 Lisboa **TELF** 217 112 870 **FAX** 217 112 879 **E-MAIL** sede@fptaxi.pt **DELEGAÇÕES FPT: NORTE** Rua Júlio Lourenço Pinto, 124, 4150-004 Porto **TELF** 223 722 900 **FAX** 223 722 899 **E-MAIL** del.norte@fptaxi.pt **CENTRO** Av. Fernão Magalhães, 481, 1º A, 3000-177 Coimbra **TELF** 239 840 057 / 912 282 060 **FAX** 239 840 059 **E-MAIL** del.centro@fptaxi.pt **SUL** Rua António Coronel Santos Fonseca, Lt.23, R/C Dto, 8000 Faro **TELF** 289 878 102 **FAX** 289 878 104 **E-MAIL** del.sul@fptaxi.pt **EDITOR** Rafael Vicente **PAGINAÇÃO E GRAFISMO** Altodesign, Design Gráfico e Webdesign, lda **TELF** 218 035 747 / 91 281 2834 **E-MAIL** geral@altodesign.pt **COLABORADORES** Isabel Patrício, António Pedro, Fernando Carneiro, João Cordeiro, Carlos Limao, Patrícia Jacobetty **IMPRESSÃO** Associação dos Deficientes das Forças Armadas **TIRAGEM** 4000 exemplares **EMPRESA JORNALÍSTICA** 219182 **REGISTO DE TÍTULO** 1191183 **DEPÓSITO LEGAL** 92177/95

DEFESA DO SECTOR DO TÁXI (MAIS UMA VEZ) ADIADA

PROJECTO DE RESOLUÇÃO DO PCP PROPUNHA MEDIDAS DE APOIO MAS FOI REJEITADO



O Projecto de Resolução n.º 350/XII-1ª, do Partido Comunista Português, que propunha medidas de defesa e apoio ao sector do táxi, foi apresentado (em 30 de Maio), baixou à Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas (31 de Maio), discutido na Comissão (em 18 de Julho), votado e rejeitado em reunião plenária na Assembleia da República, no dia 25 de Julho, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, com a abstenção do PS e com os votos a favor do PCP, BE e PEV.

Bruno Dias, do PCP, fez parte dos 13 deputados do seu Grupo Parlamentar que apresentaram a proposta de resolução, falou com a revista Táxi sobre a iniciativa e fez um ponto de situação sobre a matéria.

Como na discussão parlamentar na Comissão, Bruno Dias defendeu que a proposta de resolução “coloca na ordem do dia a situação muito grave que está a ser atravessada pelo sector do táxi, nomeadamente tendo em conta o preço dos combustíveis e a sobrecarga colocada às microempresas, em termos de fiscalidade, que enfrentam problemas concretos que devem exigir uma

resposta concreta por parte do poder político”.

“O sector do táxi enfrenta perspectivas dramáticas”, considera o deputado, que realça problemas adicionais como a redução da quantidade de clientes e a situação de transporte de doentes, que reputa de “absurda e grave para o sector e até para a política ao nível mais geral dos cuidados de saúde”.

O PCP entende que “o serviço público deve ser a questão central de um verdadeiro sistema de transportes, integrado, que dê resposta às questões da mobilidade das populações e contribua para o desenvolvimento sustentável ao nível nacional, regional e local”, afirmando que nesse serviço público “o sector do Táxi tem uma função importantíssima”. Este enquadramento de sistema de transportes, que o PCP também defende, está ferido pela falta de “qualquer coerência e interligação” e, para os deputados comunistas “não existe, enquanto tal, existindo apenas cada modo de transporte por si”.

Os 13 deputados do PCP acusam que “o «Plano Estratégico de Transportes», que até desconhece existir o sector do táxi, não é

mais do que um amontoado de medidas avulsas apenas com o fim de despedir trabalhadores, cortar serviços, aumentar preços e preparar as empresas públicas para a privatização total dos transportes”. Para Bruno Dias, “as soluções não se traduzem em adiar respostas ou em resolver contra o elo mais fraco”. O deputado afirma que “devemos assumir de forma clara e transparente as nossas posições”, aludindo às “situações gravíssimas” que o sector do táxi já vivia, como “consequência das políticas de direita dos sucessivos governos do PS, PSD e CDS/PP, com esta situação de desastre nacional ainda vive tempos de maior gravidade a roçar o dramatismo”. O deputado evidenciou a preocupação actual com uma proposta de lei que será colocada na nova sessão legislativa, com início em Setembro.

Quanto à rejeição da proposta de resolução na votação plenária, o deputado Bruno Dias lembrou que “todos concordaram” com os princípios que presidiram à proposta mas votaram contra. O grupo de deputados do PCP denunciou a situação dos VTSD (veículos de transporte simples de doentes) e Bruno Dias considera que “é significativo que ninguém tenha dito uma palavra sobre o assunto no debate”.

Bruno Dias destaca que a intervenção do sector é importante para enquadrar de forma mais adequada a legislação que o regula, acrescentando que “ouvir o sector e recolher os seus contributos é fundamental”. Referia-se à situação da revisão da legislação suspensa sobre o transporte não urgente de doentes e, de igual modo, a toda a legislação que regula o sector nas suas vertentes. Na proposta de resolução do PCP havia recomendações para que o Governo tomasse “medidas de defesa e apoio ao sector do Táxi, como importante linha de intervenção para viabilizar a actividade dos micro empresários, pequenos industriais e cooperativas deste sector, e a sua função na mobilidade das populações”.

Os deputados proponentes destacaram a importância de salvaguardar a actividade do sector do táxi no transporte de doentes não urgentes e dos próprios doentes, “em articulação harmoniosa com o transporte pelos bombeiros”, bem como o reforço da “protecção dos trabalhadores taxistas, quer por via da garantia de seguros obrigatórios com cobertura alargada quer por via da protecção contra a sobre-exploração provocada pelo prolongamento do horário de trabalho”.

O grupo de deputados propunha uma “intervenção conjunta com o sector, para a melhoria do enquadramento da sua regulação, designadamente nos domínios dos regimes tarifários, concursos de acesso, transferência de licenças, combate à concorrência desleal e outros, de modo a garantir uma gestão integrada ao nível nacional, regional e local”.

A “excessiva carga fiscal” sobre o sector foi outro dos problemas focados. “Durante o debate fomos acusados de tentar promover uma discriminação positiva, mas o que pretendemos é acabar com a discriminação negativa”, sublinha Bruno Dias.

O deputado lembrou ainda a situação dos pagamentos por conta a que os industriais estão obrigados, referindo que, nos casos em que há desistências da actividade, “o processo para reaver as verbas desses pagamentos é labiríntico”. Com os “aumentos galopantes” do preço dos combustíveis, factor que tem um “peso elevado na estrutura de custos” dos profissionais e empresários, geram-se, segundo o texto do Projecto de Resolução, “situações cada vez mais extensas de resultados negativos, comprometendo o futuro de numerosas famílias”. A proposta incluía a possibilidade de recurso ao gasóleo profissional, com custos menores para a circulação, a criação de “medidas de apoio (inclusive com incentivos financeiros e fiscais) e o estabelecimento de uma rede descentralizada e disseminada pelo território nacional, de abastecimento de Gás Natural Comprimido (GNC) em regime de serviço público, destinada a viaturas Táxi e o estímulo à organização do sector com o apoio à instalação de centrais de compra”. Sobre os regimes legais do transporte escolar, dos tempos de trabalho e de acesso e exercício da profissão de

motorista de táxi, bem como sobre o reconhecimento das entidades formadoras e cursos de formação, os deputados lembraram que “existem grupos de trabalho nomeados, mas nada se sabe dos resultados, apesar do tempo decorrido e da urgência das respostas”. Sabendo que “os profissionais do táxi e as suas famílias vivem momentos de angústia e incerteza quanto ao futuro imediato”, a “Táxi” questionou o deputado Bruno Dias sobre o que é que os profissionais e industriais do sector podem esperar agora, depois de ter sido recusada esta proposta de resolução. “Ouvimos muitas vezes as pessoas dizerem «lutem por nós» na rua e nas nossas deslocações. Respondemos «lutem connosco», pois no momento actual, de autêntico roubo ao nosso país, a situação é demasiado grave para podermos delegar a nossa luta noutros”. Bruno Dias afirma que a mobilização das pessoas é importante para a defesa dos interesses comuns, pelo que diz “não deixaremos cair os braços”. Sobre a rejeição da proposta apresentada, acrescenta que “há propostas que levam muito tempo a ser aprovadas”, mas “não desistiremos”.

Resumindo o contexto em que surgiu o projecto de resolução, o deputado Bruno Dias evidenciou que “não foi apresentada para cumprir calendário; faz parte de um projecto mais vasto em todos os espaços de intervenção”. O PCP assume uma “posição de compromisso reiterado – muito importante para nós – de prosseguir aqui no parlamento e em todos os espaços, dando voz ao sector do táxi e saudando e valorizando a necessidade de participação das pessoas na defesa dos seus direitos”. Para o deputado, a mobilização é uma “atitude exigente, determinante, necessária e possível”. Quanto à falada clivagem entre a classe política e a sociedade, “não podemos por tudo no mesmo saco, pois essa é uma forma de impedir a participação na luta”. O deputado defende que “é necessário combater pelo esclarecimento, para que não se deixe passar a mentira e o preconceito” em todos os sectores da sociedade.

A revista Táxi vai continuar a ouvir os representantes dos grupos parlamentares no próximo número.

VIAGEM DE UMA PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

O site do Parlamento explica o circuito que uma proposta completa até ser aprovada ou rejeitada em votação plenária. A “Táxi” ilustra o caso do Projecto n.º 350/XII-1º, do Partido Comunista Português, que propõe medidas de defesa e apoio ao sector do táxi.

Na actividade parlamentar, este processo legislativo começou com a iniciativa dos 13 deputados do Grupo Parlamentar do PCP que apresentaram de o Projecto de Resolução n.º 350/XII-1ª (entrada no dia 30 de Maio). Os deputados subscritores do Projecto foram: Bruno Dias, Bernardino Soares, António Filipe, Rita Rato, Agostinho Lopes, Honório Novo, Jorge Machado, João Oliveira, Paula Santos, João Ramos, Paulo Sá, Miguel Tiago e Francisco Lopes. Seguiu-se a admissão, no dia 31 de Maio, do Projecto de Resolução. No mesmo dia foi feito o anúncio da entrada do Projecto, que baixou à Comissão competente para discutir o Projecto, a Comissão de Economia e Obras Públicas, para discussão. A publicação, em Diário da Assembleia da República, II série A N.º 188/XII/1, 2012.06.01 (pág. 187-189), foi feita no dia 1 de Junho. Depois da discussão em Comissão, o Relatório/Parecer foi enviado à Presidente da Assembleia da República no dia 18 de Julho. As últimas etapas do processo, no dia 25 de Julho, foram: a votação, neste caso, na Reunião Plenária n.º 135, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, com a abstenção do PS e com os votos a favor do PCP, BE e PEV, e a deliberação, que resultou na rejeição do projecto de Resolução.

DISTINTIVOS IDENTIFICADORES DOS TÁXIS COM NOVO MODELO

Por Despacho n.º 10009/2012, de 5 de Julho, do presidente do Conselho Directivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres - IMTT foi determinado que o número do alvará da empresa de táxi deverá acompanhar os distintivos identificadores da licença dos táxis, abaixo da referência ao número da licença e à freguesia ou concelho, pintado ou impresso em material autocolante que garanta condições de aderência e permanência, com caracteres de formato tipo Arial, negrito tamanho 40.

ALVARÁ N.º 101234



O IMTT explica que “a adopção de um sistema integrado de numeração dos alvarás de acesso às várias actividades de transporte rodoviário, através do n.º 6 da Deliberação n.º 585/2012, de 23 de Abril, recomenda o seu reatamento nos distintivos de identificação dos veículos licenciados nessas actividades”, realçando que na Deliberação presidiram os objectivos de “facilitar a tarefa da fiscalização rodoviária”, bem como “evidenciar a legalidade dos serviços junto dos seus utilizadores”, num “conjunto de normas de identificação dos veículos licenciados tão harmonizado quanto possível”.

À FPT, José Alberto Franco, director de Serviços de Regulação Jurídico-Económica do IMTT, disse que “relativamente aos sectores de actividade em que existia já o imperativo legal da existência de distintivos de identificação dos veículos licenciados, funcionará o período transitório de 6 meses para a substituição de distintivos, «a contar da data em que

ocorra a revalidação dos alvarás, ou a sua reemissão a pedido dos titulares», conforme dispõe o n.º 6 do despacho agora publicado”.

O director referiu ainda que “para os outros sectores em que esse imperativo não existia, e em que haja licenciamento de veículos, deverão utilizar o normativo deste despacho à medida que novas empresas sejam habilitadas com o respectivo alvará de acesso à actividade e, no mínimo, à medida que as empresas anteriores vejam os respectivos alvarás revalidados, ou reemitidos a seu pedido”.

De acordo com o IMTT, “através de consenso com as empresas ou com as suas associações, poderão vir a ser definidos os momentos e/ou as condições de colocação antecipada dos distintivos”.

NUMERAÇÃO DOS ALVARÁS PARA TÁXIS E LICENCIAMENTO DOS VEÍCULOS AFECTOS À ACTIVIDADE

Para a FPT, as disposições do n.º 6 a) da Deliberação n.º 585/2012, de 23 de Abril, do IMTT suscitaram dúvidas na interpretação do enquadramento aplicável relativamente ao aditamento do dígito “1” à esquerda dos n.os dos alvarás emitidos. Uma interpretação que poderia ter lugar, segundo a FPT, seria que “uma alteração do número do alvará teria implicação nas licenças e originaria mais custos aos industriais com uma eventual requisição de alteração do respectivo número”. A Federação colocou a questão ao IMTT, solicitando uma clarificação sobre a deliberação.

O director de Serviços de Regulação Jurídico-Económica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, IP, José Alberto Franco, respondeu à solicitação da FPT e garantiu, “com a concordância da vogal do Conselho Directivo do IMTT, Drª Ana Miranda, que as disposições do n.º 6 a) da Deliberação n.º 585/2012,

de 23 de Abril, não configuram nenhuma «nova numeração» dos alvarás de acesso à vossa actividade, e tão-só o aditamento do dígito “1” à esquerda dos n.os dos alvarás oportunamente emitidos às empresas, por forma a normalizar a apresentação gráfica dos alvarás, passando a ser da gama dos 100000 os alvarás de táxi, da gama dos 200000 os alvarás de pesados de passageiros, da gama dos 300000 os alvarás de transporte de crianças, etc”.

De acordo com o esclarecimento do IMTT, “desta forma, deve ser claramente assumido que não existem novos números de alvará, que os números já conhecidos continuam a figurar à direita do referido dígito 1, e que, por conseguinte, não há lugar, por esta razão concreta, a serem substituídas as licenças dos veículos emitidas pelos municípios (nem faz sentido que tal seja solicitado)”.

PRIMEIRO-MINISTRO RECEBE A CPPME EM AUDIÊNCIA

Uma delegação da Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CPPME) foi recebida pelo primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, em audiência, na sua residência oficial, em Lisboa no dia 23 de Julho.

A delegação da CPPME chefiada pela vice-presidente Clementina Henriques era constituída ainda pelos vice-presidentes João Vicente e José Cortegaça, pelos directores executivos Quintino Aguiar e Francisco Saragoça, pelos directores Arménio Pratas e Vítor Carvalho e pelo secretário-geral José Brinquete.

A audiência solicitada pela CPPME ao chefe do Governo, com carácter de urgência, teve como objectivos principais “expor a grave situação que estão a viver os micro, pequenos e médios empresários, em resultado das políticas erradas que os vários

governos têm executado, ao nível económico e financeiro” e entregar um dossier ao governante em que a Confederação apresenta um conjunto de propostas alternativas.

A CPPME considera que “a revitalização do sistema produtivo e a inerente reanimação da economia portuguesa, são elementos fundamentais para que o País possa sair da crise, criando mais riqueza e novos postos de trabalho, que contribuirão inevitavelmente para o aumento da procura do mercado interno”. A Federação Portuguesa do Táxi, associada da CPPME, está atenta aos trabalhos, reuniões e audiências que envolvam as micro, pequenas e médias empresas e as organizações que as representam junto das entidades oficiais, pois muitos dos industriais do sector táxi fazem parte daquele tipo de empresas.

CAMPANHA “DIA DE BANHO É DIA DE FESTA”



A BP lançou uma campanha “Dia de banho é dia de festa”, em que aos motoristas profissionais de táxi é oferecida uma lavagem simples, desde que façam abastecimentos iguais ou superiores a 40 litros.

Os profissionais e industriais devem dirigir-se à Federação para levantar o cartão de lavagens. Junto dos pontos de venda de combustível, o cartão deve ser apresentado aquando do abastecimento de 40 ou mais litros para ser carimbado. Quando estiverem carimbados 5 abastecimentos, o funcionário deve carimbar a “Oferta Lavagem Simples”. O profissional de táxi deve também entregar o cartão BP PremierPlus para creditação no cartão dos pontos correspondentes à lavagem.

A campanha é válida até 31 de Outubro de 2012. Os cartões já foram entregues na Federação Portuguesa do Táxi e estão disponíveis para distribuição aos profissionais e industriais.

NOVO RECORDE DE DISTÂNCIA PERCORRIDA AUTOMÓVEIS ELÉCTRICOS EM DESTAQUE

O Renault ZOE bateu o recorde de distância percorrida por automóvel eléctrico de série, no anel de velocidade de Aubevoye, França.

Num período de 24 horas, os dois veículos em prova superaram o máximo anterior de 1280 quilómetros para a categoria. As distâncias de 1618 e de 1506 quilómetros foram cumpridas a uma velocidade de cerca de 100 km/hora.

O novo record deve-se também à utilização de um novo

carregador “Caméléon” que a marca desenvolveu e que permite carregar a bateria de iões de lítio “em qualquer tipo de tomada e com qualquer amperagem”.

A Renault anunciou o carregamento de 80 por cento da capacidade da bateria, em carga rápida (em menos de 30 minutos). Lisboa já viu dois táxis Renault Zoe da Autocoope percorrerem as suas ruas nos dois meses em que foram testados na capital.

ACESSO À PROFISSÃO E CERTIFICAÇÃO DE FORMADORES



O sector do táxi viu aprovada uma proposta de lei (já em discussão na AR) que define os novos regimes jurídicos de acesso e exercício da profissão de motorista profissional de táxi e de certificação das respectivas entidades formadoras, como foi anunciado pelo Conselho de Ministros em comunicado à imprensa emitido em 5 de Julho passado. O Conselho de Ministros deliberou aprovar este diploma para proceder à “conformação com os princípios e critérios

relativos à livre prestação de serviços no mercado interno da União Europeia”. De acordo com o que foi divulgado pelo Governo, a proposta visa “simplificar, desburocratizar e agilizar o processo de formação e certificação dos motoristas, tornando-o menos oneroso e facilitando o acesso ao exercício das actividades e serviços abrangidos, fomentando uma maior responsabilização dos agentes económicos de modo a tornar o mercado de serviços mais competitivo”.

O Governo informou ainda que a proposta confere “ainda maior rigor a alguns aspectos do regime mediante, nomeadamente, a reformulação do requisito da idoneidade, conformando-o com a jurisprudência do Tribunal Constitucional, e a alteração dos requisitos de obtenção do Certificado de Motorista de Táxi”. A proposta de lei é também fruto do conjunto de propostas que a FPT tem apresentado

DENÚNCIA DE “CONCORRÊNCIA DESLEAL” COLOCADA AO GOVERNO

Mendes Bota, deputado do PSD, denunciou, no dia 29 de Junho, a existência de uma situação de “concorrência desleal” aos táxis feita por veículos ao serviço de agências de viagens e de empresas de animação turística, questionando o Governo sobre o assunto. “Nos últimos anos, a falta de uma regulamentação única no serviço de transporte de pessoas em veículos automóveis com lotação inferior a nove lugares tem vindo a dar azo a todo o tipo de abusos no aproveitamento deste segmento, nomeadamente por parte de agências de viagens e empresas de

animação turística”, afirmou o deputado. Para o deputado, as lacunas da lei têm possibilitado que as agências de viagens e as empresas de animação turística tenham vindo, “na prática, a apropriar-se de um segmento de mercado originalmente exclusivo dos táxis”, salientado que os profissionais e industriais do sector estão sujeitos “aos mais apertados requisitos, exigências e condições de acesso ao mercado”.

Mendes Bota afirmou que muitos dos condutores ao serviço daquelas entidades não têm certificação profissional, estando “habilitados apenas a desempenhar um número restrito de serviços para

as entidades mencionadas, porém, na prática, o seu fim único tem muitas vezes sido a actividade de «transfer», o que, para o deputado constitui uma situação de “discriminação” sob os “olhos das autoridades, dos turistas e dos profissionais, sem que ninguém intervenha para repor justiça na situação”.

O deputado Mendes Bota questionou o Governo sobre que medidas vai tomar para a apresentação de uma proposta de regulamentação única do serviço de transporte de pessoas em veículos automóveis com lotação inferior a nove lugares.

ALGUMAS NOTAS SOBRE O SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO

O seguro de Acidentes de Trabalho, que é obrigatório por lei, pretende garantir que, em consequência de acidente de trabalho, nenhum trabalhador fique privado da assistência médica e medicamentosa necessária à sua recuperação e dos meios de subsistência indispensáveis à sua vida e ao cumprimento das suas obrigações. Acresce ainda que, em caso de subsistir uma incapacidade parcial ou total ao pleno regresso à vida activa, o seguro garante uma indemnização compensatória que é fixada pelo Tribunal de Trabalho em função do disposto na legislação reguladora e da remuneração auferida pelo trabalhador.

Normalmente é aqui que começam os problemas...

Antes do mais porque a legislação considera, para este efeito, remuneração toda e qualquer verba que o trabalhador receba com carácter permanente, o que significa que, por exemplo, o subsídio de refeição e as diuturnidades estão abrangidos.

Em segundo lugar porque a forma remuneratória na indústria dos táxis não assume um carácter fixo o que dificulta a definição do valor que deve ser garantido pelo seguro.

Actualmente, através do recurso às folhas de descontos para a Segurança Social ou através de depoimentos testemunhais apresentados pelo trabalhador sinistrado acontece com alguma

frequência o Tribunal aceitar como provado que a remuneração efectiva do trabalhador é superior à que consta da apólice de seguro. Daqui resultam, pelo menos, duas consequências imediatas:

- o Tribunal fixa uma indemnização superior à da responsabilidade da seguradora e imputa à entidade patronal o pagamento da parte excedente que pode constituir um pagamento único ou a obrigação de pagamento mensal de pensão;

- a Seguradora vem automaticamente exigir o co-pagamento de todas as despesas que teve com o sinistrado durante o processo na exacta proporção do definido pelo Tribunal para a indemnização.

Simplificando, o Tribunal considera e a Seguradora aplica uma divisão de responsabilidades em função da diferença entre a remuneração segura e a remuneração real, cabendo à entidade patronal suportar os custos resultantes desta diferença.

Obviamente que se houver discrepância com os valores das declarações à Segurança Social também pode acontecer que este organismo do estado venha a exigir a rectificação das declarações e aplique as coimas previstas na lei.

Para prevenir... fale neste assunto ao seu consultor de seguros.

OFERTA COMERCIAL EXCLUSIVA PARA TÁXIS

RENAULT FLUENCE

È OUTRA CLASSE!



16.299€*
PREÇO CHAVE NA MÃO

*Valor sujeito a IVA à tarifa em vigor. Imagem não contratual. Oferta limitada ao stock existente. Valor calculado com ISV ajustado à atividade de TÁXIS.

ESPAÇO, CONFORTO,
DESIGN, SEGURANÇA...
RENAULT Fluence
1.5 dCi 110 cv Exclusive

EQUIPAMENTO DE SÉRIE

Pintura Metalizada, Ar condicionado automático "bi-zone", Rádio CD, Estofos em couro, Bancos dianteiros com sistema de aquecimento, Cortinas laterais de protecção solar + óculo traseiro, Cartão Renault mãos-livres, Sistema de ajuda ao estacionamento traseiro, Carminat by TomTom Rádio Bluetooth, Faróis de nevoeiro, Sensor de chuva e luminosidade, Regulador-limitador de velocidade

DESIGN

A partir de uma simples linha, os designers da Renault criaram um visual de admirável distinção. Numa interpretação livre das leis da aerodinâmica, o estilo exterior do Renault Fluence sabe combinar pureza e equilíbrio, dinamismo e fluidez.

CONFORTO

O conforto é essencial, por isso, o Renault Fluence Exclusive alia uma condução confortável a um conjunto completo de equipamentos destinados a tornar inesquecível a viagem dos seus passageiros.



5 ANOS DE
GARANTIA
RENAULT
150.000 KM

DRIVE THE CHANGE



GOVERNO SUSPENDE PORTARIA QUE REGULA TRANSPORTE DE DOENTES

OS MINISTROS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DA SAÚDE DETERMINARAM A CONSTITUIÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO PARA REVISÃO DO REGULAMENTO DE TRANSPORTE DE DOENTES



A Portaria 142-A/2012, de 15 de Maio, e restante legislação que regula o transporte de doentes encontram-se suspensas por decisão dos Ministérios da Administração Interna e da Saúde, através do Despacho n.º 11054/2012, de 2 de Agosto, publicado em Diário da República no dia 14 de Agosto, data em que entrou em vigor. Os ministérios deliberaram ainda a criação de um grupo de trabalho para a revisão do diploma. Foi considerado que o Regulamento deverá beneficiar de uma “revisão geral que permita dar resposta a desafios já elencados”. O processo de revisão poderá durar até 2015, caso não se encontrem rápidas soluções que equilibrem as exigências do exercício da actividade de transporte de doentes com as necessidades dos prestadores de serviços, nomeadamente os táxis e os bombeiros, bem como outras viaturas de transporte simples de doentes (VTSD) devidamente credenciadas e equipadas. Para proceder à revisão do Regulamento,

foi criado um grupo de trabalho constituído por vários especialistas dos Ministérios da Administração Interna e da Saúde, bem como por representantes da Liga dos Bombeiros Portugueses. A Federação Portuguesa do Táxi vai solicitar a participação naquele grupo de trabalho, para que, conforme se definiu no despacho de suspensão, “da actuação concertada e coordenada destas entidades resulte propostas que contribuam para a definição de um adequado quadro regulador”. A hipótese da integração da FPT no grupo de revisão dos diplomas foi já evidenciada na audiência concedida pelo secretário de Estado da Saúde, Manuel Teixeira, à Federação, no dia 24 de Agosto. O grupo de trabalho criado para rever o Regulamento de Transporte de Doentes, é constituído por dois representantes do Ministro da Saúde, por dois representantes do Ministro da Administração Interna, por dois representantes do INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica, IP e por

dois representantes da Liga dos Bombeiros Portugueses.

Até Junho de 2015, se antes não forem encontradas soluções para as questões que levaram à suspensão das portarias, “não serão abertos concursos” para aquisição de transporte não urgente em veículo de transporte simples de doentes (VTSD), pois devem “aguardar as conclusões deste grupo de trabalho”. De acordo com o despacho, “o coordenador do grupo técnico pode solicitar a colaboração de peritos, especialistas ou instituições para o desenvolvimento dos trabalhos”. A actividade de transporte de doentes por via terrestre é regulada pelo Decreto-Lei n.º 38/92, de 28 de Março, e pela Portaria n.º 1147/2001, de 28 de Setembro, que aprovou o Regulamento de Transporte de Doentes, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.os 1301-A/2002, de 28 de Setembro, 402/2007, de 10 de Abril, e 142-A/2012, de 15 de Maio.

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE RECEBE A FEDERAÇÃO

TRANSPORTE DE DOENTES EM ANÁLISE



A suspensão da legislação referente ao transporte de doentes não urgentes foi o tema central da audiência concedida pelo secretário de Estado da Saúde, Manuel Teixeira, à Direcção da

Federação Portuguesa do Táxi, no dia 24 de Agosto, em Lisboa. A audiência foi agendada na sequência do pedido feito pela Federação ao Ministro da Saúde, para abordar os vários efeitos que a suspensão da legislação que cria os VTSD (veículos de transporte simples de doentes) originou no sector do táxi.

A suspensão da portaria vem ao encontro das preocupações manifestadas pela FPT na última edição da Táxi.

O presidente da FPT, Carlos Ramos, apresentou as preocupações dos profissionais e industriais do sector face à constituição de um grupo de trabalho que, até Junho de 2015, tem como missão fazer a revisão dos diplomas suspensos. A FPT conhece o despacho conjunto n.º 11054/2012, dos ministérios da Administração Interna e da Saúde, e sabe que do grupo de trabalho fazem parte dois representantes do Ministério da Saúde (um que coordena), dois representantes do Ministério da Administração Interna, dois representantes do INEM e dois representantes da Liga dos Bombeiros Portugueses.

“Como os bombeiros são uma vertente da actividade de transporte não urgente de doentes, consideramos que o sector do táxi deve ser ouvido nesta matéria e que deve integrar o grupo de trabalho”, sublinhou o presidente, que transmitiu ao governante a preocupação dos associados da FPT quanto ao facto de o sector táxi não ter sido incluído num grupo de trabalho que, como diz o despacho que determinou a suspensão, contribua para “a definição de um adequado quadro regulador”.

A Federação salientou também na audiência a obrigatoriedade de, segundo os diplomas em revisão, os empresários do sector do táxi terem de fazer uma garantia bancária para cada viatura, um custo considerável para uma actividade que lida já com tantas dificuldades. A necessidade de um alvará do INEM foi outra preocupação evidenciada ao governante, bem como a questão da atribuição do serviço de transporte não urgente de doentes junto das entidades

regionais de saúde, revelando a FPT algumas arbitrariedades neste processo e pedindo mais fiscalização.

O secretário de Estado da Saúde salientou que a “filosofia da legislação vai no sentido de legalizar esta tipologia de transporte”, realçando que deve ser atribuído por concurso e de forma transparente.

“Os táxis devem continuar a prestar este serviço”, afirmou Manuel Teixeira, acrescentando que “é preciso afinar os pormenores”, aludindo à revisão dos diplomas.

Quanto aos alvarás, disse que na Portaria “a letra não está de acordo com o espírito”, do legislador e explicou que os princípios permanecem quanto à realidade existente antes das portarias, até à clarificação que será feita pelo grupo de trabalho. Os motoristas e industriais do sector já têm um alvará de transporte de pessoas.

“O transporte será feito por veículos já existentes e com o alvará respectivo, identificação exterior de acordo com a portaria, com motoristas com pequena formação adicional e com o equipamento de primeiros socorros”, sublinhou o governante.

Sobre a atribuição dos serviços de transporte no âmbito das ARS, o secretário de Estado referiu que “os serviços [entidades regionais de saúde e administrações dos hospitais] estão obrigados a reduzir a despesa”, pelo que a adjudicação deve ser transparente e menos onerosa para o Estado, por concurso.

O secretário de Estado assumiu que a intenção do Governo é de “alterar a portaria, clarificando-a, com uma correcção do sistema actual”, acrescentando que “os táxis estão dentro da solução”.

O presidente da FPT reiterou a vontade da Federação em fazer parte do grupo de trabalho e lembrou que “há pontos na legislação agora suspensa que podem e devem ser melhorados com a colaboração do sector do táxi”. O caso dos alvarás e das garantias bancárias são exemplos de aspectos a alterar.

O governante garantiu que no grupo de trabalho será analisado todo o conteúdo da portaria. “É intenção que não haja dois alvarás, pois os táxis já estão obrigados a ter um alvará para funcionarem”, resumiu.

A FPT considera que a audiência com o secretário de Estado da Saúde trouxe informações clarificadoras sobre este assunto, fazendo um balanço sobre o assunto no encontro com os Delegados, em Coimbra, no dia 27 de Agosto.

“As reivindicações que a FPT apresentou tiveram plena correspondência por parte do governante, nomeadamente em três situações que consideramos fundamentais: a não exigência do requerimento de alvará ao INEM, a não exigência de garantia bancária de 600,00 euros por viatura e a dispensa do certificado de capacidade de gerente de transporte de doentes, uma vez que os empresários do sector são competentes para o efeito pela certificação que já são obrigados a possuir”, realçou o presidente Carlos Ramos.

A Federação destaca a “postura dialogante do secretário de Estado”, que permite que “estas garantias serão satisfeitas”, esperando que o sector do táxi tenha uma palavra a dizer no processo de revisão da legislação suspensa, no seio do grupo de trabalho criado.

TESTEMUNHOS SOBRE COMO O SECTOR SENTE A CRISE

A REVISTA TÁXI OUVIU VÁRIOS DELEGADOS DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO TÁXI SOBRE A ACTUAL SITUAÇÃO DO SECTOR E RECOLHEU O SEU TESTEMUNHO SOBRE A POSIÇÃO DA FEDERAÇÃO SOBRE OS PROBLEMAS QUE AFECTAM OS PROFISSIONAIS E INDUSTRIAIS. O DESALENTO É GERAL E AS SOLUÇÕES TARDAM EM CHEGAR.



CELORICO DA BEIRA

Henrique Fonseca, trabalha há 10 anos no sector táxi e falou à Táxi da “situação catastrófica de falta de trabalho vivida na área de Celorico da Beira”. A retirada de serviço de transporte de doentes não urgentes foi determinante para o agravamento da crise que têm vivido os motoristas profissionais de táxi.

No caso do serviço prestado aos doentes hemodialisados, Henrique Fonseca alerta para mais prejuízos, desta vez com a “perda das horas de espera”. Isto faz com que os profissionais percam as horas de espera durante os tratamentos/consultas dos doentes ou que façam mais viagens para rentabilizarem as horas correspondentes.

“É uma vergonha”, acusa Henrique Fonseca, que realça que nos últimos tempos haja cada vez mais despesa.

A situação gerada por uma concorrência nem sempre preparada para cumprir com qualidade o serviço de transporte de idosos e doentes não acamados. “Há carrinhas de apoio à terceira idade que deveriam atender apenas os inscritos nas instituições e que apanham tudo o que é cliente em geral, numa concorrência desleal”, acrescenta.

Henrique Fonseca realça que a falta de fiscalização é um dos

problemas que agravam a situação, uma vez que continuam a decorrer casos que lesam a boa concorrência. E lança um alerta para o sector: “há reclamações mas pouca acção”.

Henrique Fonseca considera importante a participação dos profissionais nos fóruns onde podem fazer ouvir as suas queixas, seja no âmbito da Federação, seja junto das instituições oficiais e autárquicas. “A clarificação da nossa actividade só é possível com a participação de todos e com a intervenção da Federação Portuguesa do Táxi como porta-voz das nossas ansias”.

Para o associado, é necessário melhorar a comunicação entre profissionais e no seio da Federação. “Passava por reunir mais vezes com os profissionais e com os delegados”, salienta.

“Na nossa zona há um grande desalento e a consciência da falta de melhorias e medidas que julgamos necessárias”, diz.

Sobre um possível aumento de tarifas, Henrique Fonseca afirma não estar de acordo. “O valor actual da tarifa já é elevado e um aumento iria dificultar a nossa actividade ainda mais, afastando os clientes, nomeadamente os que têm poucas possibilidades financeiras”.

OLIVEIRA DO HOSPITAL

O delegado da Federação em Oliveira do Hospital, Artur Jorge Peres, dispara que a situação actual na zona em que trabalha “está muito má”. Lamenta a retirada do serviço de transporte não urgente de doentes, “uma das bases do nosso serviço”. Clama por mais pressão por parte da Federação e dos profissionais/industriais junto das entidades oficiais.

Os preços dos combustíveis têm agravado as dificuldades do sector, pelo que considera importante a criação de descontos especiais ou a distribuição de combustível mais barato como soluções que poderiam aliviar os custos.

A concorrência com carrinhas e carros particulares é outra das faces da crise que agora se vive, uma prática que aumenta com a fiscalização que considera “insuficiente”. Para Artur Peres, “a fiscalização deveria ser mais visível e mais frequente, mas as autoridades não têm capacidade para averiguar as prevaricações por falta de provas”.

“Em Oliveira do Hospital há muita gente com o táxi parado”, sublinha desalentado Artur Peres.



MANGUALDE

O delegado FPT António Baptista, da zona de Mangualde, classifica como “uma barbaridade” as decisões dos governantes relativamente ao sector do táxi. No que respeita ao transporte não urgente de doentes, “decidiram como vimos não tendo em conta as dificuldades dos profissionais, pois muito do nosso serviço depende do transporte de doentes não urgentes”. Sobre as portarias que estão suspensas e a obrigatoriedade de nova formação, junto do INEM, para os profissionais que também está em análise no grupo de trabalho constituído para o efeito, António Baptista alerta para novos custos para os profissionais e industriais. Os custos inerentes da nova formação que, em princípio, seria obrigatória, são somados a tantas outras despesas com que os motoristas profissionais de táxi e empresários têm que viver diariamente. “Com quase 40 anos de serviço no táxi,

acho que não é este tipo de formação, num curso de quatro horas, que vai acrescentar outros conhecimentos aos que a experiência já me proporcionou”, diz o delegado.

Para António Baptista a questão da concorrência é grave. “Os bombeiros funcionam por vezes como empresas de transporte e pessoas, em péssimas condições”. Os táxis estão preparados e têm condições de conforto muito melhores, acrescenta o delegado. O aumento da tarifa do táxi não colhe o seu acordo. “Seria melhor se baixassem os preços do gasóleo, pois o valor da tarifa já é elevado”. Os motoristas de táxi da sua zona não conseguem fazer face aos preços muito baixos do mercado. A solução também pode passar pela fiscalização dos preços e dos taxímetros, sublinha.

“O aumento da tarifa seria prejudicial”, na sua opinião, “pois a população

que servimos é muito carenciada”.

António Baptista realça ainda que “os nossos serviços são muitas vezes como transportadores e como acompanhantes dos doentes e idosos”. O delegado afirma que muitas vezes acompanha os clientes até ao interior do hospital, a ponto de conhecer os médicos e os técnicos, bem como a terapêutica recomendada ao doente. “É preciso fazermos de psicólogos e de assistentes sociais de algumas pessoas que transportamos”, acrescenta. António Baptista fala também dos desequilíbrios existentes entre a legislação publicada, “pois para servir em Lisboa, fica desadequada nas zonas mais afastadas da capital”. Há também que defender a posição dos profissionais e empresários do táxi, “através da Federação”, junto das entidades oficiais. Como resumo, António Baptista suspira que “há dias em que ganhamos pouquíssimo ou mesmo nada”.

NOVO CONCEITO DE CIRCULAÇÃO EM LISBOA

EIXO DA AVENIDA DA LIBERDADE/MARQUÊS DE POMBAL COM FUTURAS ALTERAÇÕES EM CONSULTA PÚBLICA

A Câmara Municipal de Lisboa realizou, no dia 19 de Julho, na sala 3 do Cinema São Jorge, uma sessão de esclarecimento sobre o novo conceito de circulação para o eixo da Avenida da Liberdade/Marquês de Pombal, no âmbito do período de consulta pública que decorreu até 30 de Julho passado.

Estiveram presentes na sessão o vice-presidente da CM Lisboa, Manuel Salgado, e o vereador Nunes da Silva, bem como diversas entidades com interesse nos desenvolvimentos destas alterações numa das artérias mais importantes da capital. A Federação Portuguesa do Táxi também participou nesta iniciativa. Residentes, comerciantes e utentes das freguesias da zona envolvente participaram activamente na busca de melhores soluções.

De acordo com a autarquia, o objectivo destas alterações é “facilitar a circulação dos peões, disciplinar o sistema de cargas e descargas e ordenar o estacionamento, contribuindo para a redução do volume de tráfego e a consequente diminuição dos níveis de ruído e de poluição atmosférica”.

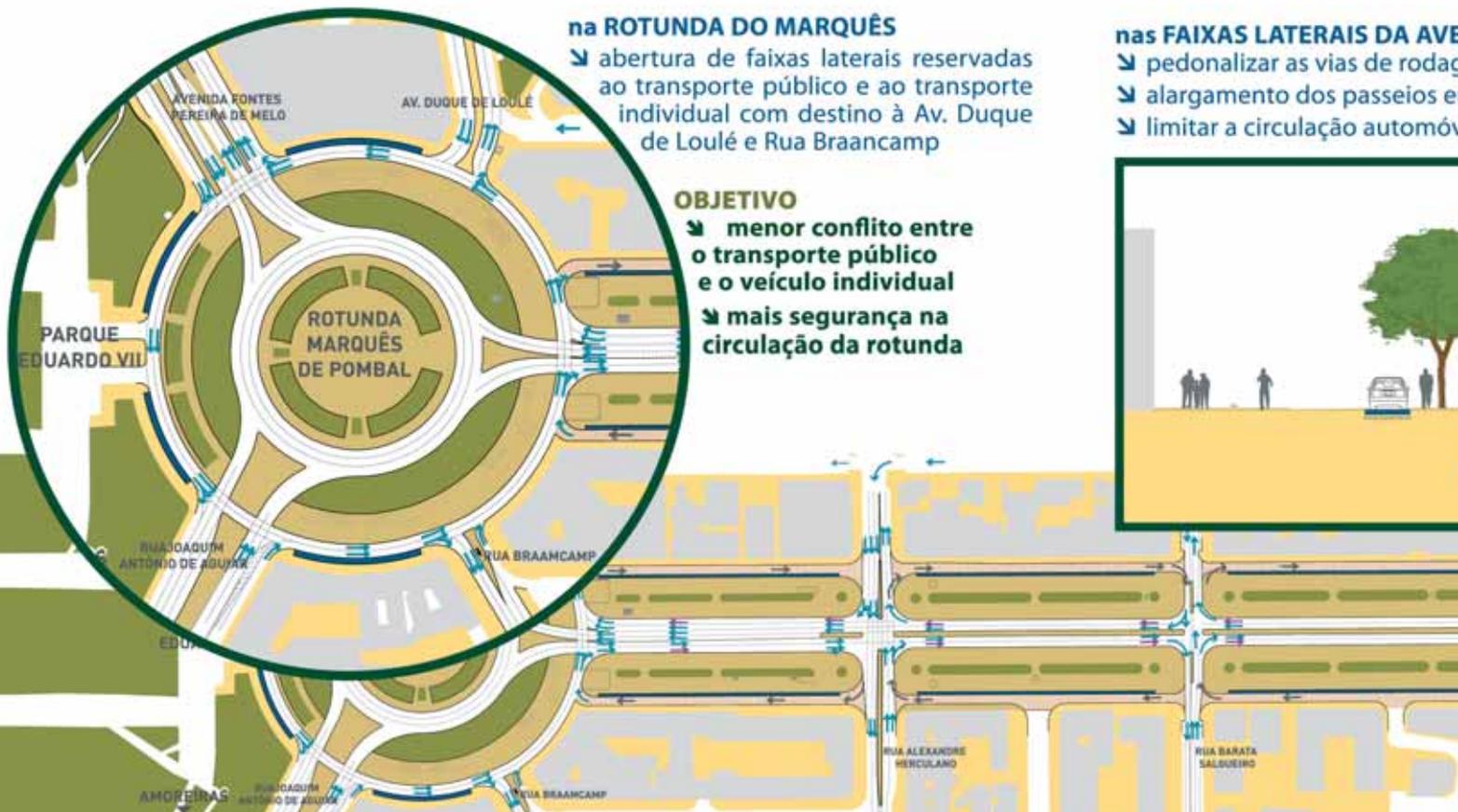
As medidas previstas no novo conceito de circulação (proposta aprovada em 23 de Maio) para a avenida da Liberdade e Marquês de Pombal assumem ainda um carácter experimental, entre Setembro e Dezembro deste ano, de forma a recolher contributos e sugestões.

De acordo com a proposta, vão ser criadas duas rotundas concêntricas, uma para as vias principais (ligação às avenidas da Liberdade e Fontes Pereira de Melo e rua Joaquim António de Aguiar) e outra para as secundárias (para os restantes movimentos), criando-se também mais espaço para peões, com melhor qualidade do ar, menos trânsito e menos ruído e maior segurança na circulação automóvel.

Na prática, a rotunda do Marquês de Pombal passará das cinco faixas para apenas três, e a futura rotunda interior criará uma área para o aumento dos espaços verdes. Os transportes públicos vão circular na rotunda exterior, com terá duas faixas e ligação à rua Braancamp e avenida Duque de Loulé.



MAIS VIDA NA AVENIDA



Na avenida da Liberdade, partir do cruzamento com a rua Alexandre Herculano no sentido Restauradores, haverá alterações: na parte central da avenida, actualmente com cinco faixas, pelo que ficarão quatro e um corredor de separação entre os sentidos de trânsito.

Nas vias laterais, desce-se pela esquerda, junto ao “Diário de Notícias”, e sobe-se pelo lado do cinema São Jorge, ao contrário do que actualmente acontece. Outra alteração muito significativa em toda a avenida, no eixo central e nas laterais, é a proibição de virar à esquerda. “As faixas laterais deixam de poder concorrer com o eixo central”, salientou António Costa, acrescentando que a possibilidade actual de virar à esquerda na avenida é uma das causas dos engarrafamentos e da falta de fluidez do tráfego.

Com o intuito de tornar a avenida da Liberdade num espaço mais aberto aos peões (com passeios maiores em cerca de dois metros) e a cada vez menos trânsito, as alterações previstas vão fazer com que a avenida fique com oito faixas – seis de circulação e duas de estacionamento – em vez das actuais 11 – sete de circulação e quatro de estacionamento.

António Costa, presidente da CM Lisboa, aquando da apresentação, referiu a necessidade desta experiência, visto que Lisboa tem “um problema grande qualidade do ar na Avenida da Liberdade”. Para o autarca é necessário reduzir o número de viaturas, com maior

fluidez e segurança na circulação. António Costa destaca a criação de “mais passagens para peões”, pois o objectivo é “dar às pessoas uma nova Avenida da Liberdade”.

A autarquia pretende “racionalizar o uso do transporte individual; controlar o tráfego automóvel nas vias laterais; valorizar e ampliar os passeios contíguos ao edificado; promover a ligação visual e funcional entre os passeios e as placas centrais ajardinadas; e ainda, promover uma boa rede de percursos pedonais ao longo da Avenida e entre as encostas”.

A CM Lisboa pretende ainda que as alterações promovam “melhor ordenamento dos lugares de estacionamento disponíveis à superfície; a regulação do sistema de cargas e descargas; a construção de novos parques de estacionamento que respondam às necessidades de estacionamento da população residente na área; e ainda, uma gestão do estacionamento que, por um lado, racionalize a procura e aumente a rotatividade e, por outro, privilegie o estacionamento da população residente”.

“As alterações ora propostas visam não apenas a melhoria da qualidade do espaço público, como permitem que todo o sistema viário que envolve a Rotunda passe a funcionar melhor, o que resulta na diminuição do congestionamento nas vias envolventes e, em particular, na Avenida da Liberdade”, rematam os representantes da CM Lisboa.

AVENIDA DA LIBERDADE
em
m 2 metros
el ao trânsito local e ao estacionamento



na FAIXA CENTRAL
↘ eliminar uma faixa
de rodagem



ATENÇÃO À NOVA LEGISLAÇÃO

NOVO DIPLOMA ALTERA O CÓDIGO DA ESTRADA E CRIA O NOVO REGULAMENTO DA HABILITAÇÃO LEGAL PARA CONDUZIR, EM HARMONIZAÇÃO COM AS NORMAS DA UNIÃO EUROPEIA

A Federação Portuguesa do Táxi tomou conhecimento de um novo diploma, o Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de Julho, que introduz diversas alterações ao Código da Estrada e aprova o novo Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir, transpondo parcialmente para a ordem jurídica portuguesa a Directiva n.º 2006/126/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro, relativa à carta de condução, na redacção dada pela Directiva n.º 2011/94/UE, da Comissão, de 28 de Novembro.

A nova legislação que decorre da directiva de harmonização jurídica europeia surge por ter-se verificado que “subsistiam ainda divergências significativas entre os vários Estados membros da União Europeia na matéria, designadamente no que se refere à utilização de modelos nacionais de cartas de condução e aos prazos de validade dos títulos. Era, assim, necessário rever e adequar o quadro legal europeu em vigor”, segundo o âmbito do

preâmbulo do novo decreto-lei. O DL 138/2012 é considerado pelo legislador como “um instrumento indispensável ao desenvolvimento da política comum de transportes, de forma a melhorar a segurança rodoviária e facilitar a circulação de pessoas que fixam residência em Estado membro diferente do emissor do título de condução”. A “simplificação dos procedimentos administrativos relacionados com a obtenção dos títulos de condução e respectivos exames” e a prevista “eliminação da licença de aprendizagem” são outros pontos evidenciados no preâmbulo, bem como a definição de “novos mínimos de requisitos físicos, mentais e psicológicos exigíveis aos condutores”.

O novo diploma revoga vários decretos-lei e portarias dispersos, concentrando “todo o regime legal aplicável aos condutores e aos candidatos a condutores”, num novo Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir (Capítulo 3 do DL 138/2012 e

Anexo), que torna “a aplicação do regime mais simples, coerente e eficaz”.

O decreto-lei ajusta ainda as disposições do Código da Estrada acerca dos velocípedes e das pessoas que neles podem ser transportadas, com o intuito de “promover a utilização desta categoria de veículos como alternativa a outros meios de transporte de deslocação urbana”.

O decreto-lei entra em vigor no dia 2 de Novembro deste ano. Com a entrada em vigor da nova legislação, a carta de condução passará a ter um novo modelo, definindo-se, no entanto, que o actual modelo de carta de condução mantém-se para todas as cartas emitidas até 2 de Janeiro de 2013.

Ficou determinado que “todos os pedidos, comunicações e notificações passam a poder ser feitos através de plataforma electrónica do IMTT”.

A revista Táxi vai desenvolver os pontos mais relevantes destas alterações na próxima edição.

18º ANIVERSÁRIO DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO TÁXI



No próximo dia 3 de Dezembro a Federação Portuguesa do Táxi comemora o seu 18º Aniversário.

A cerimónia de Constituição da Federação Portuguesa do Táxi – FPT, “pela defesa dos interesses dos industriais do sector do táxi”, realizou-se no Hotel Penta, em Lisboa, no dia 3 de Dezembro de 1994.

O evento que marcou o surgimento de uma instituição que pugna pelos direitos dos profissionais e empresários do sector juntou, numa ovação e aclamação colectiva, os industriais e todos quantos decidiram que Portugal e o sector do táxi precisam de quem discuta com as entidades oficiais os problemas de uma actividade sempre tão prejudicada pelas dificuldades económicas que o País atravessa.

A revista Táxi saúda todos quantos trabalharam e lutam ainda para a maior dignificação do sector e aponta que o futuro é feito de participação e mobilização federativos, na missão de trazer mais justiça à actividade e ao sector.

35º ANIVERSÁRIO DA RETÁLIS

A Federação Portuguesa do Táxi esteve presente, no passado dia 24 de Junho, na festa do 35º aniversário da Retális - Cooperativa Rádio Táxis de Lisboa. No animado almoço-convívio que teve lugar nas instalações da

Carclasse - Mercedes-Benz, estiveram cerca de 400 pessoas entre sócios, motoristas e respetivos familiares. O encontro contou ainda com a presença de representantes da CM Lisboa, do IMTT e diversas centrais de táxis do país.



DELIBERAÇÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL DÁ RAZÃO A EMPRESÁRIOS

“NINGUÉM PODE SER OBRIGADO A PAGAR IMPOSTOS QUE TENHAM NATUREZA RETROACTIVA”.

A Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CPPME), entidade de que a FPT é associada, informou que o Tribunal Constitucional confirmou a inconstitucionalidade da liquidação, à taxa de 10 por cento, da tributação autónoma sobre as despesas com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas e sobre as despesas de representação realizadas no ano de 2008. A decisão consta do Acórdão n.º 310/2012, de 20 de Julho, do Tribunal Constitucional.

A CPPME já havia alertado para esta situação, afirmando que a aplicação retroactiva, a 1 de Janeiro de 2008, do aumento em cinco por cento (de 5 por cento para 10 por cento) era inconstitucional. Em causa estava o princípio constitucional de que “ninguém pode ser obrigado a pagar impostos que tenham natureza retroactiva”.

A CPPME avisou os contribuintes que oportunamente não impugnaram

a liquidação do IRC de 2008, para que solicitem a revisão oficiosa dessa liquidação, invocando a inconstitucionalidade da aplicação retroactiva do agravamento da taxa de tributação autónoma.

A revista “Táxi” recebeu um exemplar da minuta que deve ser enviada para resolver esta questão e reproduz na íntegra o seu teor. O pedido de revisão oficiosa da liquidação de IRC 2008 deve ser endereçado ao director-geral dos Impostos, da seguinte forma:

“NOME, SEDE, NIF (número de identificação fiscal), vem, por este meio e nos termos do artigo 78.º da Lei Geral Tributária, requerer a revisão oficiosa da liquidação de IRC 2008, na parte respeitante à tributação autónoma, à taxa de 10 por cento, das despesas de representação e encargos com viaturas ligeiras de passageiros relativas ao período de 1 de Janeiro de 2008 e 6 de Dezembro de 2008 (data de entrada em

vigor da Lei n.º 64/2008), o que faz com os seguintes factos e fundamentos: (Explicar a fundamentação relativa à inconstitucionalidade da aplicação retroactiva da alteração introduzida pela Lei n.º 64/2008, no artigo 81.º, n.º 3, do CIRC). Assim sendo, tendo existido indevida tributação autónoma à taxa de 10 por cento dos encargos relativos a despesas de representação e os relacionados com viaturas ligeiras de passageiros ocorridas entre 01-01-2008 e 05-12-2008, requer-se a revisão oficiosa da liquidação em causa, bem como a restituição do imposto cobrado em excesso, acrescido dos juros vencidos desde a sua cobrança até à data da respectiva restituição.”

O documento informativo enviado pela CPPME pode ser consultado na Federação Portuguesa do Táxi (Sede e Delegações), contando os associados com o apoio dos serviços sobre esta matéria.



OFERTA COMERCIAL EXCLUSIVA PARA TÁXIS

UM NOVO FENÓMENO NA PRAÇA!

Para além de estatísticas e evidências são as opiniões e experiências dos nossos associados que comprovam o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela FPT e a RENAULT Portugal.

Sempre a pensar nos interesses da classe, a FPT e a RENAULT Portugal construíram uma oferta comercial exclusiva para os profissionais da actividade Táxi: baixo preço de aquisição, baixos custos de manutenção, espaço (para pessoas e bagagem), conforto, segurança e qualidade são alguns dos elementos que fazem desta oferta criada a pensar em si.

A solução ideal para quem pretende rentabilizar e otimizar a sua actividade.

A aquisição das viaturas pode ser efectuada junto de qualquer Concessionário Aderente, os quais se encontram instruídos para atribuir as condições exclusivas aos profissionais da actividade Táxi.



11.792€*

PREÇO CHAVE NA MÃO

Dacia Logan MCV 7 Lugares
1.5 dCi 90 cv Confort

10.093€*

PREÇO CHAVE NA MÃO

Dacia Sandero Confort
1.5 dCi 90 cv

“Consumos reduzidos, espaço (para passageiros e bagagem), design, qualidade, conforto e segurança”

DACIA
GRUPO RENAULT



3 ANOS
GARANTIA
ou 100 000km

* Valor sujeito a IVA à tarifa em vigor. Imagens não contratuais. Oferta limitada ao stock existente. Valor calculado com ISV ajustado à atividade de TÁXIS.

DELEGADOS E PROFISSIONAIS REÚNEM-SE NA DELEGAÇÃO CENTRO

A Direcção da Federação Portuguesa do Táxi realizou uma reunião na Delegação Centro, em Coimbra, com delegados da FPT daquela área do país, convocados para conhecerem o resultado das conversações que a Federação manteve com o secretário de Estado da Saúde relativamente ao transporte de doentes, em resultado da suspensão da legislação dos VTSD – veículos de transporte simples de doentes. [ver notícias das páginas 10 e 11] Foram mais de 30 os delegados e profissionais que participaram na reunião com a Direcção da Federação.

O presidente da FPT, Carlos Ramos, explicou aos delegados que, de acordo com a decisão do Governo de suspender a lei até 2015, “foi criado um grupo de trabalho para analisar os efeitos decorrentes desta decisão, pelo período de seis meses, findo o qual o grupo deverá concluir se o diploma, ora suspenso, será reactivado (se houver unanimidade de todos os seus componente) ou não”.

Foi evidente, nas intervenções dos delegados e sócios presentes, “algum pessimismo face à incerteza quanto ao futuro que os espera devido às indecisões do Ministério da Saúde, à soberba de alguns responsáveis nas estruturas descentralizadas deste e à concorrência desleal de alguns operadores de transportes, nesta área do



transporte de doentes não urgentes”, referiu Carlos Ramos.

Os delegados pretendem que a Federação defenda os direitos dos profissionais e empresários do sector nesta matéria.

O presidente da Federação deu conta aos presentes das conclusões que retirou da reunião com o secretário de Estado da Saúde, dando especial relevância ao facto de que “as reivindicações que a FPT apresentou ao governante tiveram plena correspondência, nomeadamente, em três situações que considerávamos fundamentais: a não exigência do requerimento do alvará ao INEM, em nossa opinião por ser desnecessário e pelo custo exorbitante do mesmo; depois, a não exigência da garantia bancária de 600,00 euros por viatura, por ser penalizadora e

não ter uma razão sólida que a justifique; e, finalmente, a dispensa do certificado de capacidade de gerente de transporte de doentes, dado que a certificação de que são detentores os gerentes do Sector do Táxi os torna competentes, também, nesta área”, explicou Carlos Ramos.

Perante as questões apresentadas pelos delegados sobre o assunto, e fazendo um balanço, o presidente Carlos Ramos resumiu que “pareceu-nos, pela postura dialogante e séria do secretário de Estado da Saúde, que estas garantias serão satisfeitas, sejam quais forem as conclusões do grupo de trabalho a que aludimos antes”. E rematou dizendo que “temos esperança que o sector do táxi, sempre tão maltratado pela tutela, terá o seu lugar, logo, uma palavra a dizer, nesta área do transporte simples de doentes.

VOMAP

Clinica Psicológica, Lda - Av., da República, nº45, 4º esquerdo. 1050-187 Lisboa *217 967 121

Horário: de 2ª a 6ª feira das 9h às 18h * email: clinicapsicologicavo@gmail.com

A VOMAP desenvolve a sua atividade em três grandes áreas de intervenção. Contamos com uma estrutura bem preparada no sentido técnico e humano, proporcionando aos nossos clientes um serviço competente e profissional. Na Psicologia do Tráfego efetuamos os psicotécnicos para:

Transporte de passageiros de aluguer (Taxi); Obtenção/Renovação do grupo 2; Ambulâncias e veículos de Bombeiros; Instrutores e Examinadores de condução automóvel; Transporte coletivo de crianças; Seleção e recrutamento de motoristas; Transporte de matérias perigosas; Equivalência de C.C. estrangeira.

Na Psicologia Clínica atuamos na avaliação psicológica, terapia individual e terapia de grupo. Na Psicologia Educacional intervi-mos ao nível da avaliação e orientação vocacional, bem como no apoio psicopedagógico.



**Contamos também com serviço de medicina para a avaliação médica exigida pelo IMTT.
Preços especiais para os sócios da Federação Portuguesa do Táxi, e AUTOCOOPE.**

CHINA

TÁXIS DE HONG KONG PROMOVEM VINHO CHILENO



Durante o mês de Maio, dois mil táxis chineses exibiram um vídeo promocional de 45 segundos sobre o vinho do Chile. A iniciativa integrou-se numa campanha de divulgação da indústria vinícola chilena junto dos consumidores chineses e do mercado asiático. A campanha culminou na realização da Viexpo Ásia 2012 – certame internacional que é considerado a maior feira do mercado vinícola da Ásia – em Hong Kong, entre 29 e 31 de Maio. O vídeo que os táxis exibiram apresentava o pavilhão chileno na feira e convidava o público a visitar a participação chilena no certame, que envolveu cerca de 50 vinhos e mais de 100 produtores e empresas vinícolas.

FRANÇA

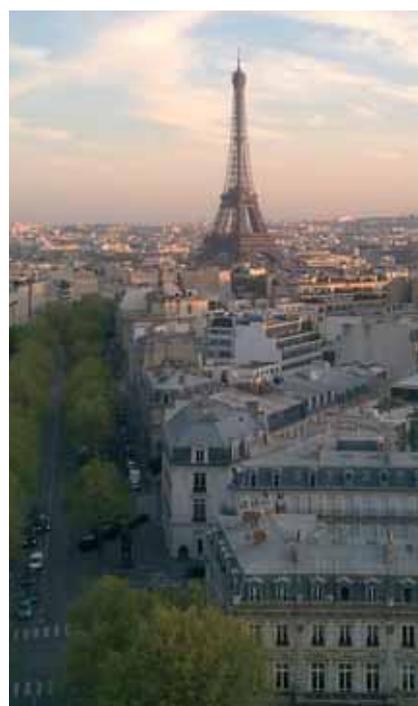
PARISIENSES DINAMIZAM TÁXIS PARTILHADOS

Há um novo serviço de táxis na capital francesa, que conta já com cerca de 7 mil viaturas em acção. O “We Cab” é o nome do serviço de táxis partilhados, lançado pela empresa Táxis G7, primeira central de radiotaxi na Europa. O sistema é simples e consiste em partilhar percursos entre Paris e as zonas limítrofes (aerportos de Orly ou de Roissy-Cherles de Gaulle) com uma tarifa mais barata em cerca de 40 por cento, num custo partilhado entre os passageiros. As inscrições dos clientes podem ser feitas pela Internet ou por telefone, determinando um horário de chegada ao aeroporto e, meia hora antes da chegada do táxi, o cliente recebe uma mensagem de e-mail para avisar que o táxi está em marcha, apanhando os vários passageiros que partilham o transporte em vários pontos do percurso previamente combinados. O trajecto dura cerca de meia hora e permite uma viagem segura e mais barata. Neste serviço são permitidos uma mala e um saco de mão por passageiro, com custos acrescidos se alguém pretender levar mais volumes. A dinamização deste serviço concorre também para uma melhoria significativa do ambiente, com menos emissões poluentes previstas, satisfazendo mais clientes, com preços muito competitivos.

REINO UNIDO

UMA BELEZA COM 102 ANOS

Os táxis pretos londrinos são um dos ícones da capital inglesa e os eventos a eles ligados são sempre notícia. Foi o caso de uma viatura encontrada num celeiro em Gloucestershire, um táxi londrino de primeira geração. Esta antiguidade automóvel conta já com 102 anos e estava em razoável estado de conservação, dentro do espaço onde esteve recolhida nos últimos 15 anos. O táxi foi usado em filmes, depois de retirado de circulação após a II Guerra Mundial. Este precursor dos tradicionais táxis pretos ainda possui a maioria dos cabedais dos assentos em bom estado, tem rodas em madeira (os pneus já tinham desaparecido) e o taxímetro original. Com uma caixa de velocidades de três mudanças, a viatura de 1910, que agora é uma valiosa peça de colecção, podia atingir uns vertiginosos (para a altura) 60KM/hora. O motor tem 16 cavalos e funcionará correctamente, depois do restauro que vai ser feito ao automóvel. Este antigo táxi londrino é uma peça histórica e foi também divulgado que possui faróis que são candeeiros de parafina e um dispositivo na cabina dos passageiros para que pudessem indicar ao motorista o caminho a seguir, toques de requinte que sublinham a admiração dos que estão mais atentos às antiguidades ligadas ao mundo automóvel e mais concretamente às colecções temáticas sobre táxis e seus equipamentos. O táxi velho, fabricado pela francesa Panhard-Levassor, viu desaparecer o transporte de passageiros com recurso aos cavalos na cidade de Londres nos primeiros tempos dos seus 102 anos. Ter encontrado esta preciosidade é quase uma viagem a uma era história passada durante a qual o automóvel se impôs como meio de transporte privado e público. O táxi foi apresentado num leilão em 30 de Junho, sendo arrematado por 25 mil libras (cerca de 31 mil euros), em Chippenham, Wilts.



ESTADOS UNIDOS

DECIDIDO AUMENTO DE TARIFAS EM NOVA IORQUE



Há seis anos que as tarifas dos táxis em Nova Iorque, Estados Unidos, não é alterada.

Desde a última revisão dos valores das tarifas, em 2006, o combustível sofreu aumentos, assim como os outros custos também dispararam, referem os representantes dos motoristas profissionais de táxi da “Grande Maçã”. As alterações e agravamentos dos custos motivaram cortes estimados em cerca de 25 por cento nos rendimentos dos profissionais e empresários do sector, como referiu o director executivo da New York Táxi Workers Alliance.

Os industriais e profissionais pressionam agora para um aumento de 15 a 20 por cento nas tarifas, para fazer frente aos custos dos combustíveis e a outras despesas ligadas à actividade, proposta que tanto o mayor Michael Bloomberg como o comissário para os táxis e limusinas David Yassky consideraram aprovar.

As tarifas dos táxis amarelos foram fixadas pela última vez em 2006, em dois dólares e meio de “bandeirada” e 40 cêntimos por cada quinto de milha ou minuto de paragem no trânsito. O último aumento, decidido em 2004, rondou os 26 por cento.

INDONÉSIA

MUSEU DOS TRANSPORTES DE JAKARTA RECEBE UM TÁXI DE 1972



A firma transportadora PT Blue Bird (táxis de Jakarta, Indonésia) doou ao Museu de Transportes da capital indonésia um táxi de 1972, em Maio, no âmbito do seu 40º Aniversário como empresa transportadora de passageiros.

O automóvel “Torana Sedan” fabricado pela General Motors, com a licença B1972BB, faz parte dos primeiros táxis com taxímetro que circularam na capital. Esteve em serviço até 1984, altura em que cedeu o lugar devido à expansão da frota da empresa de táxis e com a aquisição de viaturas mais modernas.

O taxímetro foi um instrumento vital para a actividade que marcou o serviço de táxis da Indonésia, com maior justiça para os clientes, referiu o coordenador do Museu dos Transportes, Arief Djoko Budiono, que disse ainda que “as companhias de táxis modelaram a face de Jakarta como cidade que recebe os visitantes com um sistema fiável e justo”. O coordenador afirmou que “os táxis com taxímetro são representativos das grandes cidades metropolitanas”.

ESPAÑA

BARCELONA COM TÁXIS DE NOVA GERAÇÃO

A cidade espanhola de Barcelona adoptou, em Junho, o “táxi de amanhã”, viatura eléctrica desenvolvida pela Nissan – o NV200. O novo táxi já começou a circular na Índia, na versão de nove lugares, no início deste ano.

Em Londres, Boris Johnson, mayor da capital inglesa, apresentou, no início de Agosto, o protótipo da nova frota de táxis da cidade. O Nissan NV200 vai entrar em circulação até 2014. Os táxis pretos clássicos são incontornáveis em Londres. No entanto, são considerados um dos responsáveis pela poluição crescente dos últimos anos. A existência de poucos postos de abastecimento eléctrico na cidade é uma das críticas que o novo projecto enfrenta.

Este modelo estará em Nova Iorque em Outubro de 2013 e a marca pretende que se transforme numa viatura corrente também nas ruas da China.

No seu último número a Táxi já deu conta da possível reconversão da frota de táxis na “Grande Maçã”, com recurso a nova tecnologia amiga do ambiente e mais conforto para os passageiros.



BRASIL

TÁXIS PAULISTAS COM TABLETS À DISPOSIÇÃO DOS CLIENTES

Os passageiros que sejam transportados pelos táxis da companhia Guarucoop, que servem o Aeroporto de Cumbica, em Guarulhos, na Grande São Paulo, vão passar a usufruir de um novo serviço que disponibiliza tablets presos na parte de trás de um dos bancos dianteiros do veículo, para uso de quem pretenda pesquisar passeios e melhores rotas de trânsito.

No início do projecto, que partiu de 30 viaturas, previa-se que, até ao fim de Agosto, que cerca de 500 táxis ficassem equipados com esta nova tecnologia.

O novo serviço surge de uma parceria entre o Ministério do Turismo, a autarquia de Guarulhos e a companhia Guarucoop.

As pesquisas podem incluir várias atracções de São Paulo: museus, restaurantes e outras estruturas de animação e turismo, podendo também ser feitas consultas sobre o estado do clima e roteiros e mapas da cidade.

Com auxílio do GPS do tablet, os motoristas de táxi têm acesso às informações sobre o trânsito, com todas as informações disponíveis também em inglês e espanhol.

BRASIL

LICENÇAS HEREDITÁRIAS EM CURITIBA



Os herdeiros dos motoristas profissionais de táxi de Curitiba, Brasil, podem herdar a licença de actividade do familiar, de acordo com a legislação aprovada pela Câmara de Curitiba.

A Lei 14.017/2012 prevê a hereditariedade das licenças de táxi (com 36 meses ou mais) em Curitiba e está a ser contestada por “tratar como privada uma concessão pública”, uma vez que, de acordo com o estipulado, é permitida a comercialização das licenças após três anos da concessão. O diploma também define que os herdeiros não estão obrigados a ter habilitação para esta actividade e podem eles mesmos contratar um profissional.

Alguns juristas afirmam que a lei é inconstitucional.

O jornal brasileiro “Gazeta do Povo” publicou a reacção do director jurídico da Urbs (responsável pela atribuição de licenças em Curitiba), Rodrigo Binotto Grevetti. O director afirma que “o sistema jurídico da nova lei trouxe uma alteração do paradigma legal, de permissão para autorização. Ao poder público, interessa que o serviço seja eficiente, dimensionado de acordo com a necessidade da população”. O jornal entrevistou também o advogado Romeu Felipe Bacellar Filho, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que defendeu que a concessão de licenças tem um carácter precário, acrescentando que “ela não pode ser vitalícia, muito menos transferível. Ou seja, o poder público não poderia torná-la perpétua”.

A “Gazeta do Povo” citou ainda Romeu Bacellar, lembrando que, em 2011, quando o Governo Federal regulamentou a profissão de motorista profissional de táxi (Lei n.º 12.468/2011), a presidente Dilma Rousseff vetou o artigo que previa a transferência da licença aos familiares.

PREVISÃO DE ACÇÕES DE FORMAÇÃO

A Federação Portuguesa do Táxi já dispõe da previsão de acções de formação a realizar no segundo semestre de 2012.

A Revista Táxi divulga o quadro que contém a previsão de acções de formação entre Julho e Dezembro deste ano.

ACÇÕES DE FORMAÇÃO FPT PARA O 2º SEMESTRE DE 2012

TIPO E DURAÇÃO	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
TIPO II – 200H			1 Acção Lisboa	1 Acção Lisboa	1 Acção Lisboa	
			1 Acção Porto		1 Acção Porto	
			1 Acção Faro		1 Acção Faro	
				1 Acção Portimão		
	1 Acção Coimbra				1 Acção Coimbra	
FORMAÇÃO CONTINUA 20H			1 Acção Lisboa	1 Acção Lisboa	1 Acção Lisboa	1 Acção Lisboa
	1 Acção Porto		1 Acção Porto			1 Acção Porto
			1 Acção Faro			1 Acção Faro
					1 Acção Portimão	
	1 Acção Coimbra		1 Acção Coimbra		1 Acção Coimbra	
FORMAÇÃO APERFEIÇOAMENTO 30H				1 Acção Lisboa		1 Acção Lisboa
						1 Acção Porto
					1 Acção Portimão	
						1 Acção Coimbra
FORMAÇÃO TRANSPORTE COLECTIVO DE CRIANÇAS. 35H	1 Acção Faro			1 Acção Faro		
	1 Acção Portimão					
					1 Acção Lisboa	
	1 Acção Coimbra					
FORMAÇÃO COMPLEMENTAR TRANSPORTE COLECTIVO DE CRIANÇAS. 20H					1 Acção Lisboa	1 Acção Lisboa
						1 Acção Portimão
				1 Acção Coimbra	1 Acção Coimbra	

MILAGRES DO NOSSO TEMPO

A saúde está doente
Já contagiou muita gente,
Gente que descontou
Porque a isso foi obrigada,
Mas toda ela foi burlada
E ninguém se revoltou.

Institutos, delegações e gabinetes,
Comissões, chefes e mandaretes
Militares, presidentes e vereadores,
Assessores, deputados e partidos,
Ministros, submarinos e bancos falidos,
E tantos outros sorvedouros.

É um milagre talvez
Haver tanta pacatez
E sacrifícios sem sentido,
Governantes a esbanjar
E as dívidas a aumentar
Perante um povo adormecido.

Será milagre?... Só pode ser!...
Tanto roubo a acontecer
Sem ninguém se revoltar,
Vendo que isto não melhora
Diz o povo que está na hora
De o milagre se acabar.

As reformas e honorários
Fizeram novos milionários
Engordaram os ladrões,
Há riqueza em abundância
Há luxúria e há ganância
Sem haver revoluções.

A. Vargas
Santarém

CADERNETAS E HORÁRIOS

Como perfeitos bandidos
Estamos a ser perseguidos
Bloco na mão e caneta.
Estamos sendo ameaçados
Já muitos foram multados
Por falta de caderneta.

Mesmo tendo ali à mão
O horário ou isenção
Para poder trabalhar,
Acontece o que é injusto
Há polícias a todo o custo
Cumprindo a ordem de multar.

Quanto menos eu trabalhar
Menos posso facturar,
Alguém é prejudicado,
Sem lucros para declarar
Não há como tributar
Será esse o resultado.

Se me obrigam a descansar
Com as contas por pagar
Vou ficar endividado.
Baixo toda a produção,
Assim fez esta nação
E já se nota o resultado.

Andam de olhos vendados
Com as receitas obcecados,
O horário é uma treta.
É para as dívidas do estado
Que o pessoal é multado
Se não tiver caderneta.

A. Vargas
Santarém

FPT AGENDA

30 DE MAIO

Apresentação do Projecto de Resolução n.º 350/XII-1ª, do Partido Comunista Português, com medidas de defesa e apoio ao sector do táxi.

21 DE JUNHO

O responsável pela Delegação do Norte da Federação Portuguesa do Táxi, Carlos Lima, esteve presente como júri nos exames realizados no IFR no Porto.

28 DE JUNHO

O responsável pela Delegação do Norte da Federação Portuguesa do Táxi, Carlos Lima, esteve presente como júri nos exames realizados no IFR de Lousada.

19 DE JULHO

Sessão de esclarecimento sobre o novo conceito de circulação para o eixo da Avenida da Liberdade/Marquês de Pombal, realizada pela Câmara Municipal de Lisboa, na sala 3 do Cinema São Jorge. A FPT esteve presente.

24 DE JULHO

O responsável pela Delegação do Norte da Federação Portuguesa do Táxi, Carlos Lima, esteve presente como júri nos exames realizados na Escola de Condução Bom Jesus em Braga.

25 DE JULHO

Votação e Deliberação na Assembleia da República, sessão plenária n.º 135, do Projecto de Resolução n.º 350/XII-1ª, do Partido Comunista Português, com medidas de defesa e apoio ao sector do táxi, que foi rejeitado.

8 DE AGOSTO

Reunião da Direcção da FPT com o director da Direcção-Geral das Actividades Económicas, Mário Lobo, para avaliação de uma possível actualização do sistema tarifário.

24 DE AGOSTO

A Direcção da Federação Portuguesa do Táxi foi recebida em audiência pelo secretário de Estado da Saúde, Manuel Teixeira. O assunto abordado foi o transporte não urgente de doentes e a respectiva legislação suspensa.

30 DE AGOSTO

A revista "Táxi" entrevista o deputado do PCP, Bruno Dias, na Assembleia da República, em Lisboa. A situação do sector do táxi foi tema central.

15 DE SETEMBRO

Assembleia-Geral de Sócios da Autocoope, no Hotel Berna, em Lisboa.

26 DE SETEMBRO

A Rádio Táxis de Almada celebra o seu 34º Aniversário.

23 DE OUTUBRO

A Politáxis (Coimbra) celebra o seu 8º Aniversário.

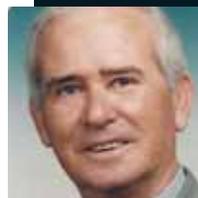
3 DE DEZEMBRO

A Federação Portuguesa do Táxi comemora o seu 18º Aniversário.

OBITUÁRIO



No dia 27 de Junho de 2012 morreu o associado Mário Fernando Barros dos Santos, natural de Vilar do Paraíso - Vila Nova de Gaia. A família enlutada, a Federação Portuguesa do Táxi apresenta as sentidas condolências.



No dia 29 de junho de 2012 morreu o associado Manuel de Oliveira Santos, natural de Pedroso - V. N. de Gaia. À família enlutada, a Federação Portuguesa do Táxi apresenta as sentidas condolências.



No dia 11 de Agosto de 2012 morreu o associado Raúl Bourdain, natural de S. Pedro do Sul - Lisboa. À família enlutada, a Federação Portuguesa do Táxi apresenta as sentidas condolências.



No dia 27 de Agosto de 2012 morreu o associado José de Almeida Ventura, natural de Pinheiro de Azere - Sta. Comba dão. À família enlutada, a Federação Portuguesa do Táxi apresenta as sentidas condolências.

A DELEGAÇÃO DO CENTRO DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO TÁXI TEM NOVO CONTACTO DE TELEMÓVEL. OS INTERESSADOS JÁ PODEM CONTACTAR A DELEGAÇÃO DO CENTRO ATRAVÉS DESTES NÚMEROS. **912 282 060**

RENOVAÇÃO DOS ALVARÁS

O PEDIDO DE RENOVAÇÃO DOS ALVARÁS DEVE SER FEITO COM UM MÊS DE ANTECEDÊNCIA.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Empresas Unipessoais, Sociedades e Cooperativas

1. Requerimento do alvará
2. Certidão do Registo Comercial actualizada
3. Registo Criminal dos gerentes (incluindo o que dá a capacidade técnica)
4. Cópia do B.I. dos mesmos
5. Cópia do número de contribuinte da empresa
6. Pagamento de 70 euros
7. Mod.22 e Anexo A (prova de entrega) para empresas com mais de 5 táxis.

Profissional a título individual

O mesmo que é requerido às empresas, excepto o indicado no nº2. E, no ponto 5, entregar cópia do número de contribuinte pessoal

ATENÇÃO

Sempre que se renovem os Alvarás é obrigatório entregar cópias dos mesmos nas Câmaras Municipais do concelho onde é exercida a actividade.

Sempre que haja alteração da Sede ou da Residência e/ou alteração dos sócios ou gerentes das firmas, sociedades e Cooperativas, é obrigatório informar, através da respectiva Certidão do Registo Comercial, o IMT- Instituto da Mobilidade e Transportes e as Câmaras Municipais.

Não esquecer o Averbamento da matrícula no próprio Alvará ou requisitar a(s) respectiva(s) Cópia(s) Certificada(s). Para isto, é necessário juntar ao Requerimento do IMT, a(s) cópia(s) Documento Único Automóvel - DUA e da(s) Licença(s) de Aluguer.

Para informações ou esclarecimentos adicionais, agradecemos que contactem a Sede da FPT ou as suas Delegações Regionais.

DÉBITO DIRECTO FÁCIL E EFICAZ

Pagar a quotização à FPT por débito directo evita a deslocação periódica às instalações da Federação e anula qualquer custo adicional ao valor das quotas. O valor extra das transacções é suportado pela própria FPT.

Os profissionais interessados nesta vantajosa forma de pagamento só precisam de preencher a Autorização Débito em Conta (pedir aos serviços da FPT) e enviá-la para a sede ou delegações da Federação.

DELEGADOS DA FPT NOS CONCELHOS



ALMADA

José Augusto Mestre
Tel: 212 509 668
Tm: 937 400 152

ALVAIÁZERE

Carlos Santos Marques
Tm: 966 785 598

AMADORA

Fernando Alberto
Tm: 917 349 052

AMARANTE

José Ribeiro
Tm: 936 936 939
Manuel Alves
Tm: 965 649 391

ARCOS DE VALDEVEZ

Márcio Daniel Caldas de Sousa
Tm: 966 492 858

AVEIRO

Albano M. S. Figueiredo
Tm: 967 055 226

BARCELOS

Casimiro Cortez Neves
Tm: 962 935 959

BELMONTE

José Luis de Elvas
Tm: 967 042 347

BRAGA

Hélder Morais
Tm: 916233602
José Nuno Machado
Tm: 932 240 115

BRAGANÇA

Alexandre A. Martins
Tm: 964 065 287

CABECEIRAS DE BASTO

José Fonseca Pires
Tm: 963 921 116
José Oliveira Alves
Tm: 964 096 407

CAMINHA

José Maria Figueiras
Tm: 966 051 188

CASCAIS

Fernando Mateus
Tm: 966 969 964

CASTELO DE PAIVA

Joaquim M. J. Nogueira
Tm: 917 331 111

CELORICO DA BEIRA

Henrique Fonseca
Tm: 967 027 914

CONDEIXA-A-NOVA

Joaquim Mateus de Melo
Tm: 969 053 196

COIMBRA

Horácio Manuel Santos
Tm: 917 243 737

COVILHÃ

António P. Lucas Ramos
Tm: 967 046 959

ESPOSENDE

Paulo Alexandre Pinheiro
Tm: 965 195 715

ÉVORA

Francisco Banha
Tm: 926 195 103

FAFE

José Rebelo Pereira
Tm: 919 802 263

FIGUEIRA DA FOZ

Licínio T. da Silva
Tm: 966 032 258

FORNOS DE ALGODRES

Delfim Pereira Rodrigues
Tm: 966 118 652
José Augusto Mercês
Tm: 962 961 325

FUNDÃO

Sérgio P. A. Maximino
Tm: 964 134 612
Bernardo de Brito
Tm: 969 878 930

GUIMARÃES

Luis Américo Magalhães
Tm: 914 710 914

ÍLHAVO

Duarte da Silva Santiago
Tm: 917 244 710
Manuel de Jesus Pereira
Tm: 964 014 951

LEIRIA

Abel da Cruz Teixeira
Tm: 968 578 128
Jorge Ferreira
Tel: 244 566 633

LISBOA

Américo Azevedo
Tlf: 217 996 461

LOURES

José António Rosa
Tm: 962 827 890

LOURINHÃ

Marcelino Gonçalves
Tm: 917 269 737

MARCO DE CANAVESES

Joaquim Teixeira
Tm: 919 590 285
Emília Teresa Silva
Tm: 916 996 836

MANGUALDE

António Fernando Baptista
Tm: 963 092 827

MANTEIGAS

Joaquim Massano Costa
Tm: 919 890 398

MEALHADA

Armando Bonifácio
Tm: 963 056 534

MONÇÃO

Manuel Luís Rodrigues
Tm: 962 672 191

MONTALEGRE

Amadeu Afonso Fortunas
Tm: 934 113 110
Alívio Freitas Dias
Tm: 964 094 542

MORTÁGUA

Fernando Simões
Tm: 965 806 470

ODIVELAS

Higinio da Silva Nora
Tm: 962 672 308
Fernando Farinha
Tm: 968 039 184

OEIRAS

José Cadete
Tlf: 214 432 097

OLIVEIRA DO HOSPITAL

Artur Jorge Peres
Tm: 962 674 131

OVAR

Aureliano Silva
Tm: 918 335 341

PENICHE

António Ferreira
Tm: 962 765 980

PONTE DA BARCA

José Monteiro Araújo
Tm: 963 630 822
Armando Lima
Tm: 963 019 064

PORTIMÃO

José Manuel Águas Romão
Tm: 961 939 083
Carlos José Duarte Costa
Tm: 919 928 227

PORTO

António Guimarães
Tm: 969 059 977

PÓVOA DO VARZIM

Laurentino F. G. Silva
Tm: 918 346 386

SABUGAL

Francisco Dias Pacheco
Tm: 962 473 448
Pedro M. F. Soares
Tm: 962 673 959

SANTARÉM

Alfredo da Silva Trindade
Tm: 969 053 752

SEIA

José de Jesus Ferreira
Tm: 917 561 305

SERTÃO

José Filipe F. Nogueira
Tm: 965 604 111

SEVER DO VOUGA

Fernando M. Carvalheira
Tm: 962 674 044
António Nogueira Rocha
Tm: 968 012 424

TRANCOSO

Victor José Santos Mateus
Tm: 963 040 825

VIANA DO CASTELO

Ilídio Helder Vital
Tm: 964 006 479

VIEIRA DO MINHO

Manuel R. Gonçalves
Tm: 962 741 782

VILA DO BISPO

Rui Pinheiro
Tm: 964 858 517

VILA DO CONDE

Hernâni M. Maciel da Silva
Tm: 969 459 129
Narciso J. Vieira Peixoto
Tm: 967 048 374

VILA NOVA DE GAIA

Joaquim Peixoto
Tm: 919 125 455
Simão Pedro
Tm: 917 490 744

V. NOVA DE FOZ COA

Henrique J. P. Velho
Tm: 966 031 301
Agostinho J. Almeida
Tm: 964 026 899

VILA VERDE

Manuel da Costa e Silva
Tm: 964 018 041
Armando de A.Oliveira
Tel: 253 341 356

VILA REAL S. ANTÓNIO

Dionísio Santos Estêvão
Tm: 965 163 388

VINHAIS

Alexandre Martins
Tm: 964 065 287

UISEU

Adriano Pontes
Tm: 917 241 630

VIZELA

Adelino Neto Correia
Tm: 963 032 334

FORMAÇÃO PROFISSIONAL FPT

Os Formadores da FPT estão prontos para se deslocarem à região onde reside ou trabalha para prestarem cursos e para obtenção e renovação do CAP.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL TIPO II E CONTÍNUA

HORÁRIO LABORAL:

- ▶ De 2ª a 6ª feira, das 9 às 18 horas
- ▶ 1 dia para exame
- ▶ 19 dias em salas de aula teóricas e exercícios práticos
- ▶ 7 dias em contexto real de trabalho/prática simulada
- ▶ Duração: 27 dias úteis

HORÁRIO PÓS-LABORAL:

- ▶ De 2ª a 6ª feira, das 19 às 23 horas
- ▶ Sábado das 9 às 13 e das 14 às 18 horas
- ▶ 1 dia para exame
- ▶ 33 dias em salas de aula teóricas e exerc. práticos
- ▶ 70h em contexto real de Trabalho

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:

- ▶ 2 fotografias tipo passe, a cores e actuais; Cartão de Contribuinte; Carta de Condução; Bilhete de Identidade, Passaporte ou documento de identificação equivalente; Certificado de habilitações (escolaridade obrigatória)(*); Relatório de Exame Psicotécnico relativo à aptidão psicológica para conduzir; Averbamento do Grupo 2 na carta de condução; Declaração de experiência profissional de condução (24 meses) emitido pela identidade patronal; Declaração Segurança Social (24 meses).

FORMAÇÃO DE MOTORISTA DE TRANSPORTE COLECTIVO DE CRIANÇAS

FORMAÇÃO INICIAL (35h)

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR (20h)

HORÁRIO LABORAL:

- ▶ De 2ª a 6ª feira, das 9 às 18 (5 dias úteis)
- ▶ De 2ª a 6ª feira, das 10 às 12 e das 14 às 17 (9 dias úteis)
- ▶ De 2ª a 6ª feira, uma turma das 12 às 15 e outra das 15.30 às 18.30 (14 dias úteis)

HORÁRIO PÓS-LABORAL:

- ▶ De 2ª a 6ª feira, das 19.00 às 23.00 horas
- ▶ Duração: 9 dias úteis
- ▶ Sábados: 4 sábados, das 9 às 13 e das 14 às 18 horas
- ▶ 1 sexta-feira, das 15.00 às 18.00

Nota: Cada acção de formação é composta por 35 horas de aulas teóricas e exercícios práticos em sala.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:

- ▶ 1 fotografia tipo passe, a cores e actual; Cartão de Contribuinte; Carta de Condução (exp. de condução de 2 anos comprovada pela data de habilitação da categoria correspondente); Bilhete de Identidade, Passaporte ou documento de identificação equivalente; Relatório de Exame Psicotécnico relativo à aptidão psicológica para conduzir (veículos automóveis de pesados de passageiros) e atestado médico passado pelo sub-delegado de Saúde da área de residência; Registo Criminal.

(* 4º ano para os nascidos até 31.12.66; 6º ano para os nascidos entre 01.01.67 e 31.12.80 ;9º ano para os nascidos depois de 31.12.80

Nota: Os cursos de formação profissional obedecem a um número mínimo de formandos por curso

Contactos: Departamento de Formação da FPT || Estrada do Paço do Lumiar, Lote R2 – Loja A, 1600-543 Lisboa,
Telefone: 217 112 870 – Fax: 217 122 879

RENOVAÇÃO CAP!

Seis meses antes de terminar a validade do CAP, é necessário fazer a sua renovação!
Não deixe caducar o CAP. Informe-se nas delegações da FPT ou junto dos delegados.

Proteja o seu negócio!

O seguro automóvel para o seu taxi.

Disponibilizamos-lhe uma solução automóvel adaptada às suas reais necessidades.



Esta comunicação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida, disponível em qualquer mediador Zurich. Zurich Insurance plc - Sucursal em Portugal Morada: Rua Barata Salgueiro, 41 1269-058 Lisboa Tel.: 21 313 31 00 Fax: 21 313 31 11 e-mail: zurich.help@zurich.com



AVS CORRETORES DE SEGUROS
Insurance Broker

Rigor e Confiança

www.avs-seguros.pt | avs@avs-seguros.pt

SEDE
Rua Julieta Ferrão, n.º 10-14º
1600-031 LISBOA
Tel.: 211 148 400 - Fax: 211 148 469
e-mail: avs@avs-seguros.pt

PORTIMÃO
Rua Sabina Freire, Lote 21 - Loja B
Quinta da Malata
8500-731 Portimão
Tel.: 282 002 640 - Fax: 282 002 649
e-mail: portimao@avs-seguros.pt

PORTO
Rua Monte dos Burgos, n.º 482-3º N
4250-311 PORTO
Tel.: 220 045 500 - Fax: 220 045 519
e-mail: porto@avs-seguros.pt

FUNCHAL
Avenida Arriaga, 34-4º C
9000-064 Funchal
Tel.: 291 003 800 - Fax: 291 003 809
e-mail: funchal@avs-seguros.pt

COIMBRA
Av. Fernão de Magalhães, n.º 481-1º B
3000-177 Coimbra
Tel.: 239 006 700 - Fax: 239 006 709
e-mail: coimbra@avs-seguros.pt